Banco Volkswagen S.A.

CNPJ nº 59.109.165/0001-49
Rua Volkswagen, 291 - São Paulo - SP

Filiado à ANEF – Associação Nacional das Empresas Financeiras das Montadoras

Associado – Mantenedor - desde 2010 – IBGC Instituto Brasileiro de Governança Corporativa

www.bancovw.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 e do semestre findo em 31 de dezembro de 2017.

O ano de 2017 se destacou pela melhora do ambiente econômico e confiança do consumidor, proporcionando assim o crescimento da indústria automobilística nacional. Como consequência, o Banco Volkswagen, por sua vez, manteve-se com uma significativa participação no financiamento de veículos do Grupo Volkswagen. Vale destacar o contínuo fortalecimento da parceria com as montadoras Volkswagen do Brasil, MAN Latin América, Audi Brasil e Ducati do Brasil, bem como com suas respectivas redes de concessionárias.

Neste sentido, o Banco Volkswagen seguiu ofertando serviços financeiros que aproximam os clientes finais com os produtos ofertados pelas montadoras do grupo através das redes de concessionárias. O total de ativos ficou em R$ 15,4 bilhões, com operações de crédito e arrendamento mercantil representando R$ 13,2 bilhões.

DESTAQUES DO ANO

- Maior banco de montadora no Brasil, 17º colocado entre as instituições financeiras privadas e 22ª posição entre os bancos do país, segundo o critério de patrimônio líquido, conforme dados do Banco Central do Brasil referente a 30 de setembro de 2017.
- Responsável por 67,4% de todos os veículos novos vendidos com financiamento pelo Grupo Volkswagen, sendo 67,0% no segmento de caminhões e ônibus e 67,4% no segmento de automóveis.
- Rating de crédito brAA- pela S&P Global, o maior concedido pela agência em escala nacional para créditos corporativos.
- Quinta oferta pública de Letras Financeiras no valor de R$ 500 milhões, atingindo o menor custo desde sua primeira emissão.
- Índice de Basileia de 26,1% em 31 de dezembro de 2017.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As políticas de crédito do Banco Volkswagen valorizam a manutenção da qualidade de ativos nos diversos contextos econômicos.
As operações de crédito e arrendamento mercantil do Banco Volkswagen em 2017 concentraram 89% de sua carteira entre os ratings AA, A, B e C.

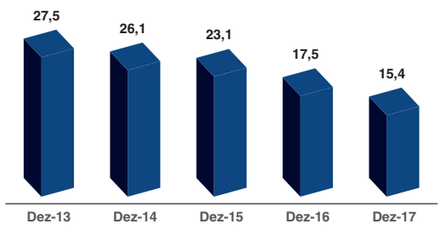
GOVERNANÇA CORPORATIVA

Gestão colegiada
O Banco Volkswagen está alinhado às práticas avançadas de governança corporativa e, no seu modelo de processo decisório, possui comitês de gestão que deliberam de forma colegiada os assuntos relevantes, cabendo ao Comitê Executivo assegurar a implementação e o cumprimento das diretrizes estratégicas.

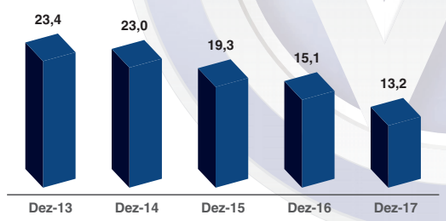
Compromisso com as regulamentações do setor
O Banco Volkswagen, como parte de um Grupo atuante em cerca de 50 países, adota práticas que atendem às necessidades da Matriz.

Como empresa financeira instalada no Brasil, as operações do Banco Volkswagen estão em conformidade com os preceitos obrigatórios emanados pelas autoridades monetárias e fiscais, além da Autorregulação da Febraban, o que reflete o compromisso com a transparência e a excelência na prestação de serviços.

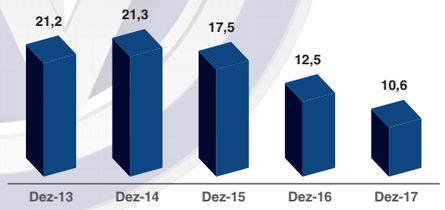
TOTAL DE ATIVOS (R$ bilhões)



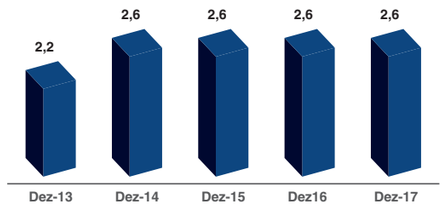
OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL (R$ bilhões)



CAPTAÇÃO (R$ bilhões)



PATRIMÔNIO LÍQUIDO (R$ bilhões)



BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais

ATIVO	2017	2016
CIRCULANTE	**8.141.057**	**9.577.496**
Disponibilidades	11.883	9.990
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 3)	346.564	910.326
Aplicações no mercado aberto	346.564	796.157
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	114.169
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	53.271	34.209
Carteira própria (Nota 4)	52.506	29.479
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	765	4.730
Operações de crédito (Nota 6)	6.972.739	7.927.474
Operações de crédito - setor privado	7.215.780	8.018.853
Operações de crédito vinculadas a cessão	78.370	347.023
Provisão para operações de crédito - setor privado	(321.411)	(438.402)
Operações de arrendamento mercantil (Nota 6)	(2.028)	(1.031)
Arrendamentos a receber - setor privado	93.235	49.755
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(92.898)	(49.495)
Provisão para operações de arrendamento mercantil - setor privado	(2.365)	(1.291)
Outros créditos	708.612	614.365
Créditos tributários (Nota 19 (a))	206.772	395.939
Títulos e créditos a receber (Nota 6)	223.208	40.087
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (Nota 6)	(1.942)	(257)
Diversos (Nota 7)	280.574	178.596
Outros valores e bens	50.016	82.163
Despesas antecipadas (Nota 8)	3.182	12.692
Outros valores e bens	46.834	69.471
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**6.539.511**	**7.359.781**
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	87.203
Carteira própria (Nota 4)	-	87.062
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	-	141
Operações de crédito (Nota 6)	4.956.710	5.985.532
Operações de crédito - setor privado	5.421.325	6.518.366
Operações de crédito vinculadas a cessão	-	91.870
Provisão para operações de crédito - setor privado	(464.615)	(624.704)
Operações de arrendamento mercantil (Nota 6)	(2.163)	(7.447)
Arrendamentos a receber - setor privado	103.800	51.071
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(103.574)	(50.429)
Provisão para operações de arrendamento mercantil - setor privado	(2.389)	(8.089)
Outros créditos	1.583.958	1.290.718
Créditos tributários (Nota 19 (a))	931.520	728.267
Diversos (Nota 7)	652.438	562.451
Outros valores e bens	1.006	3.775
Despesas antecipadas (Nota 8)	1.006	3.775
PERMANENTE	**755.316**	**576.818**
Investimentos	467.535	383.590
Investimento em controlada (Nota 9)	467.535	383.590
Imobilizado de uso - líquido de depreciação	11	15
Imobilizado de arrendamento (Nota 2 (e))	265.277	163.673
Bens arrendados	322.866	251.777
Depreciações acumuladas	(57.589)	(88.104)
Intangível	22.493	29.540
Ativos intangíveis - líquido de amortização	22.493	29.540
TOTAL DO ATIVO	**15.435.884**	**17.514.095**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017	2016
CIRCULANTE	**5.004.450**	**7.933.456**
Depósitos (Nota 10)	1.599.605	1.446.326
Depósitos interfinanceiros	280.541	233.117
Depósitos a prazo	1.319.064	1.213.209
Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 11)	116.356	956.909
Recursos de letras financeiras	116.356	956.909
Obrigações por empréstimos (Nota 12)	215.285	1.660.661
Empréstimos no país	215.285	1.336.306
Empréstimos no exterior	-	324.355
Obrigações por repasses - FINAME (Nota 13)	1.833.681	2.508.762
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	-	532.486
Outras obrigações	1.239.523	828.312
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	4.178	3.366
Sociais e estatutárias (Nota 18)	513.668	74.847
Fiscais e previdenciárias (Nota 14)	148.757	89.048
Credores por antecipação de valor residual (Nota 6)	24.851	32.785
Provisão para contingências (Nota 15)	183.630	49
Dívidas subordinadas (Nota 16)	105.347	100.697
Diversas (Nota 17)	259.092	527.520
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	**7.684.767**	**6.821.995**
Depósitos (Nota 10)	2.479.743	1.125.307
Depósitos interfinanceiros	62.689	-
Depósitos a prazo	2.417.054	1.125.307
Recursos de aceites e emissão e títulos (Nota 11)	616.586	105.327
Recursos de letras financeiras	616.586	105.327
Obrigações por repasses - FINAME (Nota 13)	1.928.508	2.916.453
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	-	146
Outras obrigações	2.659.930	2.674.762
Fiscais e previdenciárias (Nota 14)	146.234	109.971
Credores por antecipação de valor residual (Nota 6)	16.214	13.679
Provisão para contingências (Nota 15)	730.943	767.054
Dívidas subordinadas (Nota 16)	625.962	667.420
Instrumentos de dívida elegíveis a capital (Nota 16)	1.099.305	1.001.922
Diversas (Nota 17)	41.272	114.716
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS (Nota (2n))	**116.793**	**128.770**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 18)	**2.629.874**	**2.629.874**
Capital social de domiciliados no país	1.307.883	1.307.883
Reserva de lucros	1.321.991	1.321.991
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**15.435.884**	**17.514.095**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais

	2º semestre 2017	Exercícios 2017	Exercícios 2016
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**1.314.415**	**2.585.164**	**2.259.888**
Operações de crédito	1.276.329	2.508.380	2.715.515
Operações de arrendamento mercantil	56.883	108.412	113.992
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	32.394	89.320	238.112
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	(51.191)	(120.948)	(807.731)
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**(575.103)**	**(1.252.202)**	**(1.540.391)**
Operações de captação no mercado	(274.303)	(581.295)	(778.149)
Operações de empréstimos e repasses	(89.516)	(234.994)	191.523
Operações de arrendamento mercantil	(37.126)	(71.868)	(88.364)
Operações de venda de ativos financeiros	(3.153)	(23.360)	(133.239)
Provisão para devedores duvidosos (Nota 6 (g))	(171.005)	(340.685)	(732.162)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**739.312**	**1.332.962**	**719.497**
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	**(367.845)**	**(561.336)**	**(532.575)**
Rendas de tarifas bancárias (Nota 21 (e))	29.567	56.478	62.750
Despesas de pessoal	(1.170)	(2.083)	(3.625)
Outras despesas administrativas (Nota 21 (b))	(168.406)	(297.001)	(359.268)
Despesas tributárias	(53.311)	(70.975)	(68.193)
Resultado de participação em controlada (Nota 9)	31.571	83.945	115.869
Outras receitas operacionais (Nota 21 (c))	99.699	135.511	93.330
Outras despesas operacionais (Nota 21 (d))	(305.795)	(467.211)	(373.438)
RESULTADO OPERACIONAL	**371.467**	**771.626**	**186.922**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 21 (f))	(15.015)	(28.229)	(33.619)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	**356.452**	**743.397**	**153.303**
Imposto de renda (Nota 19 (c))	(45.713)	(128.236)	(6.355)
Contribuição social (Nota 19(c))	(28.414)	(101.493)	(4.144)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIOS	**282.325**	**513.668**	**142.804**
Lucro por ação do capital social no fim do semestre/exercícios - R$	0,90	1,64	0,46

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais

	2º semestre 2017	Exercícios 2017	Exercícios 2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do semestre/exercícios	282.325	513.668	142.804
Ajustes ao lucro líquido:			
Amortizações e depreciações	5.742	11.361	10.802
Resultado na baixa de bens de ativo intangível	-	-	5.782
Resultado de participação em controlada	(31.571)	(83.945)	(115.869)
Provisão para devedores duvidosos	171.005	340.685	732.162
Juros de operações de dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital	84.679	167.106	201.502
Resultado de obrigações por empréstimos e instrumentos financeiros derivativos	24.097	117.748	349.619
Provisão (reversão) para outros valores e bens	(8.616)	(8.685)	6.588
Ajustes de passivos fiscais e previdenciárias e provisão para contingências	162.457	234.678	113.194
Tributos diferidos	(30.326)	23.532	(135.802)
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIOS	**659.792**	**1.316.148**	**1.310.782**
Redução (aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	43.279	64.485	559.781
Redução (aumento) em operações de crédito e arrendamento mercantil	330.257	1.533.267	3.496.330
Redução (aumento) em outros créditos e outros valores e bens	(66.122)	(223.937)	78.050
Imposto de renda e contribuição social pagos	(50.526)	(107.547)	(19.980)
VARIAÇÃO DE ATIVOS	**256.888**	**1.266.268**	**4.114.181**
Aumento (redução) em depósitos	424.204	1.507.715	660.404
Aumento (redução) em recursos de aceites e emissão de títulos	119.170	(329.294)	(1.735.805)
Aumento (redução) em obrigações por repasses - FINAME	(665.983)	(1.663.026)	(2.125.839)
Aumento (redução) em instrumentos financeiros derivativos	(32.096)	(657.272)	(198.544)
Aumento (redução) em obrigações por empréstimos	(876.107)	(1.434.827)	(1.499.099)
Aumento (redução) em outras obrigações	(8.862)	(369.914)	(855.766)
Aumento (redução) em resultados de exercícios futuros	1.242	(11.978)	(86.425)
VARIAÇÃO DE PASSIVOS	**(1.038.432)**	**(2.958.596)**	**(5.841.084)**
(=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**(121.752)**	**(376.180)**	**(416.111)**
Aquisição de ativo intangível	(1.423)	(4.311)	(3.273)
(=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**(1.423)**	**(4.311)**	**(3.273)**
Aumento (redução) em obrigações de dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital	(60.491)	(106.531)	(421.442)
Dividendos pagos	(74.847)	(74.847)	(40.153)
(=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**(135.338)**	**(181.378)**	**(461.595)**
(=) AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(258.513)**	**(561.869)**	**(880.979)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	616.960	920.316	1.801.295
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período (Nota 2 (b))	358.447	358.447	920.316
(=) AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(258.513)**	**(561.869)**	**(880.979)**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais

	Capital social realizado	Subvenção de incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva de lucros – Reserva especial de lucros	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2015	1.307.883	18.515	117.476	1.158.196	-	2.602.070
Dividendos pagos (R$ 0,13/ação) AGE 21/11/16	-	-	-	(40.153)	-	(40.153)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	142.804	142.804
Destinações:						
Reserva legal	-	-	7.140	-	(7.140)	-
Dividendos propostos (R$ 0,24/ação) AGE 30/12/16	-	-	-	(40.931)	(33.916)	(74.847)
Reserva especial de lucros	-	-	-	101.748	(101.748)	-
Em 31 de dezembro de 2016	1.307.883	18.515	124.616	1.178.860	-	2.629.874
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	513.668	513.668
Destinações:						
Reserva legal	-	-	25.683	-	(25.683)	-
Juros sobre capital próprio (R$ 0,60/ação) AGE 29/12/17	-	-	-	-	(187.247)	(187.247)
Dividendos propostos (R$ 1,04/ação) AGE 29/12/17	-	-	-	(326.421)	-	(326.421)
Reserva especial de lucros	-	-	-	300.738	(300.738)	-
Em 31 de dezembro de 2017	1.307.883	18.515	150.299	1.153.177	-	2.629.874
Em 30 de junho de 2017	1.307.883	18.515	136.183	1.178.860	219.776	2.861.217
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	282.325	282.325
Destinações:						
Reserva legal	-	-	14.116	-	(14.116)	-
Juros sobre capital próprio (R$ 0,60/ação) AGE 29/12/17	-	-	-	-	(187.247)	(187.247)
Dividendos propostos (R$ 1,04/ação) AGE 29/12/17	-	-	-	(326.421)	-	(326.421)
Reserva especial de lucros	-	-	-	300.738	(300.738)	-
Em 31 de dezembro de 2017	1.307.883	18.515	150.299	1.153.177	-	2.629.874

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
Em milhares de reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL
O Banco Volkswagen S.A. ("Instituição") está autorizado a operar com as carteiras de investimento, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil, e atua, principalmente, no segmento de veículos produzidos e importados pela Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda., MAN Latin América Indústria e Comércio de Veículos Ltda., Audi Brasil Distribuidora de Veículos Ltda. e Ducati do Brasil Indústria e Comércio de Motocicletas Ltda. As operações da Instituição são conduzidas no contexto de um conjunto de empresas ligadas no Brasil que atuam junto à Volkswagen do Brasil, MAN Latin América, Audi Brasil e Ducati do Brasil.
As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 27 de março de 2018.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, incluindo os dispositivos da Lei nº 11.638/07, que altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404/76 e da Lei nº 6.385/76, sobre práticas contábeis, elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.
Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Instituição incluem, portanto, estimativas referentes ao valor justo dos instrumentos financeiros, provisões para créditos de liquidação duvidosa, para contingências, para imposto de renda ativo e passivo e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

(a) Apuração do resultado
O resultado é apurado pelo regime de competência e, em relação às operações de arrendamento mercantil, segundo a Portaria nº 140/84 do Ministério da Fazenda - MF, que considera as receitas de arrendamento mercantil calculadas e apropriadas mensalmente pelo valor das contraprestações exigíveis no período e o ajuste a valor presente dessas operações.
Desde 02 de janeiro de 2015, de acordo com a Circular BACEN nº 3.693/13, as despesas com comissões pagas pelas operações de crédito ou arrendamento mercantil originadas são reconhecidas no resultado na data da contratação, repactuação ou renovação dessas operações. As despesas anteriores a esta data são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo dos respectivos contratos.

(b) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 3.604/08, incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e com prazo original de vencimento igual ou inferior a 90 dias.
O caixa e equivalentes de caixa compreendem:

	2017	2016
Disponibilidades - depósitos bancários	11.883	9.990
Aplicações interfinanceiras de liquidez		
Aplicações no mercado aberto	346.564	796.157
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	114.169
	358.447	920.316

(c) Aplicações interfinanceiras de liquidez
As operações compromissadas são demonstradas pelo seu valor de liquidação, retificado pelo valor das rendas a apropriar. As demais aplicações são registradas pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

(d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos
Títulos e valores mobiliários, conforme Circular BACEN nº 3.068/01, são classificados de acordo com a intenção da administração em:
I - Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período;
II - Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
III - Títulos disponíveis para venda - não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.
Os instrumentos financeiros derivativos (Nota 5) da Instituição foram registrados de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e são contabilizados pelo valor de mercado, com ganhos e perdas reconhecidos no resultado do exercício, inclusive as operações com finalidade de *hedge*, as quais são destinadas a *hedge* de risco de mercado.

(e) Operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos
As operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos são registradas a valor presente com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados. As operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos que estejam em atraso há 60 dias ou mais, passam a ter seus rendimentos reconhecidos como receita quando do efetivo recebimento das prestações. As operações em atraso acima de 360 dias são baixadas contra a correspondente provisão e controladas em conta de compensação por 5 anos.

I - Operações de crédito cedidas
De acordo com as Resoluções do CMN nº 3.533/08 e 3.809/09, as operações de crédito cedidas desde 1° de janeiro de 2012, com retenção substancial dos riscos e benefícios, são reclassificadas para rubrica específica no ativo - Operações de crédito vinculadas à cessão (Nota 6 (c)) em contrapartida aos valores recebidos que são registrados em rubrica no passivo - Outras obrigações diversas (Nota 17). Para cada operação de cessão, o ativo é atualizado pela taxa do contrato com o cliente e o passivo pela taxa do contrato de cessão, ambos pelos respectivos períodos de competência.

II - Operações de arrendamento mercantil
II. (i) - Imobilizado de arrendamento
É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear e as taxas de depreciação utilizadas são as normais admissíveis, sendo de 20% para veículos. Foi considerada a redução de 30% na vida útil-econômica do bem, de acordo com a Portaria MF nº 140/84.
II. (ii) - Perdas em arrendamentos
As perdas apuradas ao término dos contratos de arrendamento mercantil são registradas no imobilizado de arrendamento e são amortizadas nos prazos remanescentes da vida útil dos bens arrendados. No balanço patrimonial, estas perdas e as amortizações correspondem ao montante líquido de R$ 2.325 (2016 - R$ 10.289). Os ganhos são registrados no resultado.

continua...

...continuação

Banco Volkswagen S.A.

CNPJ nº 59.109.165/0001-49
Rua Volkswagen, 291 - São Paulo - SP

Filiado à ANEF — Associação Nacional das Empresas Financeiras das Montadoras

Associado Mantenedor - desde 2010 IBGC Instituto Brasileiro de Governança Corporativa

www.bancovw.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em milhares de reais

II. (iii) - Superveniência/(insuficiência) de depreciação

Os registros contábeis são mantidos conforme exigências legais, específicas para sociedades de arrendamento mercantil. Os procedimentos adotados para rendas a apropriar de arrendamento mercantil e perdas em arrendamento (item II) diferem das práticas contábeis adotadas no Brasil, principalmente no que concerne ao regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil. Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, foi calculado o valor atual das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se em receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida à superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente. A superveniência/(insuficiência) de depreciação é registrada no imobilizado de arrendamento, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência.

A despesa de insuficiência de depreciação registrada no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 é de R$ 3.158 (2016 - R$ 23.595) e no segundo semestre de 2017 superveniência de R$ 1.186 e está apresentada na rubrica de despesa com operações de arrendamento mercantil. O saldo acumulado da superveniência no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 é de R$ 35.584 (2016 - R$ 38.742) e está registrado na rubrica de imobilizado de arrendamento.

(f) Provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

A provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos é fundamentada em análise das operações efetuadas pela administração para concluir quanto ao valor de realização de tais créditos e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais das carteiras, conforme estabelecido pela Resolução do CMN nº 2.682/99.

(g) Outros valores e bens

Referem-se a bens não de uso próprio, compostos basicamente por veículos recebidos em dação de pagamento. São registrados no ativo circulante, deduzidos quando aplicável, de provisão para desvalorização.

(h) Ativo permanente

Demonstrado ao custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos: (i) a participação em controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial; (ii) a depreciação do imobilizado e a amortização do intangível são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

(i) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Com base em análise anual da administração, se o valor de contabilização dos ativos não financeiros da Instituição, exceto créditos tributários, exceder o seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso, é reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável desses ativos no resultado do exercício. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não foram registradas perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

(j) Demais ativos circulante e realizável a longo prazo

Demonstrados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos e variações monetárias auferidos até a data do balanço e, quando aplicável, ajustados aos respectivos valores de mercado ou de realização.

(k) Captações e emissões

São reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, e posteriormente mensurados a custo amortizado.

(l) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução do CMN nº 3.823/09, da seguinte forma:

I - Ativos contingentes - os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização;

II - Passivos contingentes - os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente quando, baseado na opinião dos assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perda possível são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão, nem divulgação;

III - Obrigações legais - são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, e têm os seus montantes integrais reconhecidos contabilmente.

(m) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda - IRPJ foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre determinados limites. A provisão para contribuição social - CSLL foi constituída à alíquota de 15% do lucro tributável antes do imposto de renda até agosto de 2015 e 20% a partir de setembro de 2015 até dezembro de 2018.

O passivo tributário diferido decorre, principalmente, da atualização de depósitos judiciais e da superveniência de depreciação. Os créditos tributários foram constituídos com base nas alíquotas vigentes.

(n) Resultado de exercícios futuros

Representa, principalmente, o valor das parcelas de receitas contratuais recebidas antecipadamente que serão apropriadas ao resultado de acordo com os prazos dos contratos de financiamento e arrendamento mercantil aos quais se referem.

(o) Demais passivos circulante e exigível a longo prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar e acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias incorridos até a data do balanço.

3. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	Aplicações no mercado aberto		Aplicações em depósitos interfinanceiros
	2017	2016	2016
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	554.236	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	136.499	241.921	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	210.065	-	-
Pós-fixado DI	-	-	114.169
	346.564	796.157	114.169

As aplicações no mercado aberto referem-se a operações compromissadas de compra com compromisso de revenda e possuem prazo original de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A Instituição adquiriu quotas subordinadas, classificadas como títulos mantidos até o vencimento, de fundos de investimentos em direitos creditórios sob a forma de condomínio fechado com prazos de duração de 5 anos contados a partir da data de emissão, administrados pela BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Em 31 de dezembro, sua composição é a seguinte:

Início	FIDC	2017	2016
07/2012	Driver Brasil One Banco Volkswagen Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financiamento de Veículos - FIDC Driver One	-	29.479
12/2013	Driver Brasil Two Banco Volkswagen Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financiamento de Veículos - FIDC Driver Two	24.216	33.753
12/2015	Driver Brasil Three Banco Volkswagen Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financiamento de Veículos - FIDC Driver Three	28.290	53.309
		52.506	116.541
	Circulante	52.506	29.479
	Realizável a longo prazo	-	87.062

Os títulos e valores mobiliários são mensurados pelo valor da quota do último dia útil, divulgado no site da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Conforme disposto no artigo 8º da Circular Bacen 3.068/01, a Instituição declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento. Durante o exercício de 2017 não houve vendas ou reclassificações de títulos classificados nesta categoria.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Os instrumentos financeiros derivativos da Instituição, cujo propósito é de proteção dos ativos e passivos próprios, estão custodiados na Central de Custódia de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP e encontram-se registrados em contas patrimoniais, por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessa data.

Os instrumentos financeiros derivativos são valorizados a mercado com base nas cotações divulgadas na BM&F Bovespa - B3 aplicáveis a operações com características e prazos similares.

Em 31 de dezembro, a carteira de derivativos é formada por operações de *swap* de taxa de juros e de variação cambial, conforme abaixo:

					2017
	2º semestre				Exercício
Tipo	Receita (Despesa)	Valor nocional	Ativo	(Passivo)	Receita (Despesa)
Swap - Pré x DI	3.658	71.781	347	-	7.699
Swap de variação cambial - *hedge* de risco de mercado	(54.849)	200.000	418	-	(128.647)
	(51.191)		765	-	(120.948)
Circulante			765	-	

				2016
				Exercício
Tipo	Valor nocional	Ativo	(Passivo)	Receita (Despesa)
Swap - Pré x DI	438.400	141	(146)	4.404
Swap de variação cambial - *hedge* de risco de mercado	1.956.698	4.730	(532.486)	(812.135)
		4.871	(532.632)	(807.731)
Circulante		4.730	(532.486)	
Realizável/exigível a longo prazo		141	(146)	

Hedge

A estratégia de *hedge* da Instituição visa proteger o risco da moeda estrangeira dos empréstimos no exterior, como disposto na Circular BACEN nº 3.082/02. A relação entre o instrumento e o objeto de *hedge*, além das políticas e objetivos da gestão de risco, foram documentadas no início da operação. Também foram documentados os testes de efetividade prospectivos e retrospectivos, ficando confirmado que os derivativos designados são altamente efetivos na compensação da variação do valor de mercado dos empréstimos no exterior. As operações de *hedge* mantidas pela Instituição em 31 de dezembro são classificadas como *hedge* de risco de mercado e visam mitigar o risco de variação cambial.

Para se proteger da exposição à variação cambial do dólar proveniente da contratação de empréstimos no país e no exterior, a Instituição possui contratos de *swap* a vencer até março de 2018 com valor nocional no montante de R$ 200.000 (2016 - R$ 1.956.698). Tais instrumentos financeiros derivativos geraram ajuste a valor de mercado com reflexo negativo no resultado de R$ 128.647 (2016 - negativo em R$ 812.135).

A efetividade apurada para a carteira de *hedge* está em conformidade com o estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/02. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, não há parcela inefetiva relacionada a essas operações de *hedge*.

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS

Os principais parâmetros para a classificação das operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos e para a constituição da provisão estabelecidos pela Resolução do CMN nº 2.682/99 são: as operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos são classificadas em nove níveis de risco; as respectivas provisões são efetuadas com base na classificação do cliente nos níveis de risco definidos pela Resolução e levam em consideração, entre outras, uma análise periódica da operação, dos atrasos, do histórico do cliente e das garantias obtidas, quando aplicável.

(a) Composição da carteira de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

	2017	2016
Operações de crédito	12.715.475	14.976.112
Operações de arrendamento mercantil	224.775	118.111
Outros créditos - títulos e créditos a receber	223.208	40.087
	13.163.458	15.134.310

(b) Valor presente da carteira de arrendamento mercantil

	2017	2016
Operações de arrendamento mercantil (exceto PDD)	563	902
Bens arrendados	316.739	231.883
Depreciação acumulada de bens arrendados	(89.371)	(117.241)
Superveniência de depreciação	35.584	38.742
Perdas em arrendamento a amortizar (valor residual)	6.127	19.895
Amortização acumulada de perdas em arrendamento	(3.802)	(9.606)
Credores por antecipação de valor residual	(41.065)	(46.464)
	224.775	118.111

Os contratos de arrendamentos a receber possuem vencimentos até 2022 e os bens arrendados possuem compromissos para venda aos arrendatários ao término dos respectivos contratos no montante de R$ 87.176 (2016 - R$ 83.544), sendo que desse total R$ 41.065 (2016 - R$ 46.464) foram recebidos antecipadamente. Os contratos de arrendamento mercantil possuem cláusulas de opção de compra e podem ser pactuados com cláusulas de correção monetária postecipada.

(c) Operações de crédito vinculadas a cessão

A Instituição realizou cessões de crédito na modalidade "CDC" para fundos de investimentos em direitos creditórios, dos quais a Instituição detém a totalidade das quotas subordinadas (Nota 4). Conforme estabelecido na Resolução do CMN nº 3.533/08, as referidas cessões foram classificadas na categoria "com retenção substancial de risco e benefícios" e, portanto, o ativo cedido foi registrado em rubrica de operações de crédito vinculadas a cessão e o passivo registrado como obrigações por transferência de ativos com coobrigação (Nota 17). Os valores presentes à época e o valor da posição atual são:

i) Valor presente a época

	Data início	Ativo	Passivo
FIDC Driver One	07/2012	899.462	1.007.150
FIDC Driver Two	12/2013	1.021.745	1.067.758
FIDC Driver Three	12/2015	1.096.939	1.083.880
		3.018.146	3.158.788

ii) Saldo contábil

	Ativo		Passivo	
	2017	2016	2017	2016
FIDC Driver One	-	2.889	-	25.733
FIDC Driver Two	9.546	65.268	18.945	75.687
FIDC Driver Three	68.824	370.736	73.059	369.544
	78.370	438.893	92.004	470.964

(d) Distribuição da carteira por nível de risco e provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

					2017
	Curso anormal				
Nível de risco	Vincendas	Vencidos	Curso normal	Total	Provisão
AA	-	-	484.117	484.117	69
A	-	-	7.859.180	7.859.180	40.043
B	91.537	31.585	1.780.092	1.903.214	19.290
C	139.889	11.743	1.329.781	1.481.413	44.193
D	121.445	14.713	365.523	501.681	49.910
E	82.902	13.649	220.799	317.350	95.296
F	56.660	15.186	28.484	100.330	50.752
G	39.963	14.324	22.393	76.680	53.676
H	228.949	113.866	96.678	439.493	439.493
	761.345	215.066	12.187.047	13.163.458	792.722

					2016
	Curso anormal				
Nível de risco	Vincendas	Vencidos	Curso normal	Total	Provisão
AA	-	-	365.905	365.905	43
A	-	-	9.345.416	9.345.416	47.955
B	315.633	28.450	1.901.535	2.245.618	22.417
C	274.921	23.394	997.119	1.295.434	38.815
D	164.178	17.834	488.929	670.941	67.095
E	84.072	27.826	176.358	288.256	89.279
F	82.674	17.448	60.279	160.401	80.296
G	47.479	23.851	52.374	123.704	88.208
H	350.257	159.358	129.020	638.635	638.635
	1.319.214	298.161	13.516.935	15.134.310	1.072.743

(e) Distribuição da carteira por prazo de vencimento das parcelas para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

			2017
vincendas	Curso anormal	Curso normal	Total
Até 180 dias	235.777	4.529.745	4.765.522
De 181 a 360 dias	180.916	2.609.213	2.790.129
Acima de 361 dias	344.652	4.990.907	5.335.559
	761.345	12.129.865	12.891.210
vencidos			
De 01 a 14 dias	23.943	57.182	81.125
De 15 a 60 dias	56.481	-	56.481
De 61 a 180 dias	93.091	-	93.091
De 181 a 360 dias	41.551	-	41.551
	215.066	57.182	272.248
	976.411	12.187.047	13.163.458

			2016
vincendas	Curso anormal	Curso normal	Total
Até 180 dias	385.125	4.866.696	5.251.821
De 181 a 360 dias	297.668	2.827.164	3.124.832
Acima de 361 dias	636.421	5.775.220	6.411.641
	1.319.214	13.469.080	14.788.294
vencidos			
De 01 a 14 dias	10.865	47.855	58.720
De 15 a 60 dias	118.136	-	118.136
De 61 a 180 dias	102.694	-	102.694
De 181 a 360 dias	66.466	-	66.466
	298.161	47.855	346.016
	1.617.375	13.516.935	15.134.310

(f) Distribuição da carteira por ramo de atividade para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

	2017	2016
Pessoas físicas	5.167.637	6.052.031
Outros serviços	4.360.481	4.971.371
Comércio	3.031.251	3.382.047
Indústria	543.159	663.662
Rural	28.519	39.899
Habitação	23.249	17.723
Intermediário financeiro	9.162	7.577
	13.163.458	15.134.310

(g) Movimentação da provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

	2º semestre	Exercícios	
	2017	2017	2016
Saldo inicial	897.504	1.072.743	960.899
Constituição de provisão	171.005	340.685	732.162
Baixas por utilização	(275.787)	(620.706)	(620.318)
Saldo final	792.722	792.722	1.072.743

Foram recuperados créditos no montante de R$ 380.494 (2016 - R$ 237.513). Foram renegociados créditos no montante de R$ 30.458 (2016 - R$ 97.389) e o saldo das operações renegociadas com clientes, nos termos da Resolução do CMN nº 2.682/99, em 31 de dezembro é de R$ 152.066 (2016 - R$ 196.089).

7. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	2017	2016
Devedores por depósitos e bloqueios judiciais (Nota 15 (a))	612.969	526.080
Devedores diversos - país, principalmente valores em trânsito	177.690	127.041
Impostos e contribuições a compensar	142.353	87.926
Total	933.012	741.047
Circulante	280.574	178.596
Realizável a longo prazo	652.438	562.451

8. DESPESAS ANTECIPADAS

Referem-se, principalmente, a comissões de operações de crédito e arrendamento mercantil originadas até 31 de dezembro de 2014, sendo apropriadas ao resultado de acordo com o prazo dos respectivos contratos. As despesas apropriadas referentes a estas comissões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 são de R$ 11.918 (2016 - R$ 36.858). O saldo acumulado das despesas antecipadas é de R$ 4.188 (2016 - R$ 16.467).

9. INVESTIMENTO EM CONTROLADA

	Consórcio Nacional Volkswagen - Administradora de Consórcio Ltda.		
	2º semestre	Exercícios	
Informações sobre a investida:	2017	2017	2016
Número de quotas	300.006.232	300.006.232	300.006.232
Participação no capital	99,99%	99,99%	99,99%
Lucro líquido do semestre/exercícios	31.571	83.945	115.869
Patrimônio líquido	467.535	467.535	383.590
Resultado de equivalência patrimonial	31.571	83.945	115.869
Investimento	467.535	467.535	383.590

10. DEPÓSITOS

A carteira de depósitos está custodiada na CETIP, indexada a taxas pós-fixadas que variam de 96,5% a 106,0% do DI (2016 - 97,0% a 106,7% do DI).

Em 31 de dezembro, é composta como segue:

		2017		2016
	Interfinanceiros	A prazo	Interfinanceiros	A prazo
Até 90 dias	280.541	409.912	60.917	492.580
De 91 a 365 dias	-	909.152	172.200	720.629
De 1 a 3 anos	62.689	1.951.469	-	672.937
Acima de 3 anos	-	465.585	-	452.370
Total	343.230	3.736.118	233.117	2.338.516

11. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

Referem-se a obrigações representadas por letras financeiras emitidas pela Instituição, custodiadas na CETIP, no montante de R$ 732.942, indexadas a taxas pós-fixadas que variam de 104,0% a 105,0% do DI, com vencimento até julho de 2019 (2016 - R$ 1.062.236 de 99,0% a 105,4% do DI, com vencimento até dezembro de 2018).

12. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Referem-se a captações de recursos no país e no exterior no valor de USD 63.857 (2016 - USD 495.000). O montante das obrigações por empréstimos atualizado em 31 de dezembro de 2017 é de R$ 215.285 (2016 - R$ 1.660.661) a taxas de juros prefixadas de até 2,5% ao ano (2016 - de até 4,5% ao ano).

Estes empréstimos foram avaliados ao valor de mercado nas mesmas condições que seus instrumentos derivativos para a cobertura de riscos com a variação cambial e taxa de juros, por se tratar de item objeto de *hedge* de risco de mercado nos parâmetros estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.082/02 (Nota 5).

Em 31 de dezembro, os prazos de vencimentos das obrigações por empréstimos são:

	2017		2016
	No país	No exterior	No país
Até 90 dias	215.285	-	1.336.306
De 91 a 365 dias	-	324.355	-
Total	215.285	324.355	1.336.306

13. OBRIGAÇÕES POR REPASSES - FINAME

Referem-se às obrigações por recursos obtidos para repasses junto à Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME. A distribuição das obrigações por repasses - FINAME por prazo de vencimento é:

	2017	2016
Até 90 dias	522.725	684.951
De 91 a 365 dias	1.310.956	1.823.811
De 1 a 3 anos	1.556.315	2.443.206
Acima de 3 anos	372.193	473.247
Total	3.762.189	5.425.215

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	2017	2016
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	139.085	81.884
Impostos e contribuições a pagar	38.524	37.371
Passivos tributários diferidos (Nota 19 (b))	117.382	79.764
Total	294.991	199.019
Circulante	148.757	89.048
Exigível a longo prazo	146.234	109.971

15. OUTRAS OBRIGAÇÕES - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

(a) Em 31 de dezembro, a Instituição apresentava os seguintes passivos relacionados a provisão para contingências e obrigações legais, e correspondentes depósitos e bloqueios judiciais:

	Provisão para contingências e obrigações legais		Depósitos e bloqueios judiciais	
	2017	2016	2017	2016
Reclamações trabalhistas (Nota 15 (c))	62.184	10.082	5.647	7.621
Reclamações cíveis (Nota 15 (c))	153.188	155.425	73.141	49.916
Riscos fiscais	122.109	83.730	78.663	75.470
Obrigações legais (Nota 15 (c))	577.092	517.866	455.518	393.073
Total	914.573	767.103	612.969	526.080
Circulante	183.630	49	-	-
Exigível/realizável a longo prazo	730.943	767.054	612.969	526.080

(b) Em 31 de dezembro, a movimentação da provisão para contingências e obrigações legais é demonstrada a seguir:

	Provisão para contingências e obrigações legais		
	2º semestre	Exercícios	
	2017	2017	2016
Saldo inicial	832.062	767.103	747.926
Constituição (i)	140.430	206.402	122.845
Reversão	(9.848)	(29.133)	(61.463)
Baixa (ii)	(79.946)	(87.208)	(94.017)
Atualização monetária	31.875	57.409	51.812
Saldo final	914.573	914.573	767.103

(i) Refere-se, principalmente, a constituição de provisão para contingências de reclamações trabalhistas (Nota 15 (c)).

(ii) Refere-se, principalmente, a baixa de obrigações legais (Nota 15 (d)).

A administração da Instituição avalia as possibilidades de perdas, ajustando a provisão para contingências conforme requerido. Em 31 de dezembro, as principais contingências provisionadas estavam relacionadas a processos judiciais de ordens trabalhistas, fiscais e cíveis em andamento. Baseada na opinião de seus advogados, a administração mantém registradas provisões em montante considerado suficiente para fazer face a perdas decorrentes do desfecho destes processos.

(c) A natureza das provisões para contingências e obrigações legais pode ser sumariada como segue:

Reclamações trabalhistas - tratam-se de ações trabalhistas que envolvem pedidos de diferenças salariais, enquadramento na categoria de bancário/financiário, pagamentos de horas extras, adicional de periculosidade, diferenças na participação nos lucros e resultados e os mais variados temas referentes ao contrato de trabalho, provisionadas com base na expectativa de êxito e valor discutido na ação judicial. A partir do segundo semestre de 2017, as provisões passaram a considerar o risco da ação desde a sua fase inicial, através da análise das teses discutidas e das situações fáticas de cada caso, assim como os impactos da reforma trabalhista, em relação aos honorários e atualizações.

Reclamações cíveis - as principais ações estão relacionadas a reclamações de clientes, órgãos e entidades diversas de defesa do consumidor, nas quais pleiteiam a revisão das cláusulas contratuais consideradas por eles abusivas nas operações de financiamento, provisionadas considerando a expectativa de êxito e histórico de perdas da Instituição.

Obrigações legais - referem-se, principalmente, à discussão da inconstitucionalidade da majoração da alíquota da CSLL paga pelas instituições financeiras de 9% para 15% e de 15% para 20% que somam o montante de R$ 373.910 (2016 - R$ 306.032) e à discussão quanto à adequada interpretação das regulamentações acerca da exclusão dos juros moratórios da base de cálculo do IRPJ e CSLL, que somam o montante de R$ 182.682 (2016 - R$ 192.173).

(d) Programa Especial de Regularização Tributária - PERT

Em setembro de 2017, a Instituição aderiu ao PERT, previsto na Lei nº 13.496/17, perante à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN e à Receita Federal do Brasil - RFB, para liquidação de débitos relativos a exclusão dos juros moratórios da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, no montante total de R$ 223.085. O processo encontra-se na fase de consolidação de débitos perante à RFB e PGFN.

(e) Passivos contingentes, classificados como perdas possíveis não provisionados

A Instituição tem ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição a seguir:

	2017	2016
Tributárias		
IOF (i)	600.323	568.137
IRPJ/CSLL (ii)	303.604	247.086
ISS (iii)	267.982	159.131
CPMF (iv)	55.102	53.021
INSS (v)	-	24.898
Outros	42.484	35.436
	1.269.495	1.087.709
Cíveis		
Ações revisionais	8.854	14.897
	8.854	14.897
Trabalhistas		
Reclamações trabalhistas (vi)	-	8.482
	-	8.482

(i) Discussão acerca da incidência de IOF sobre o ingresso de valores em 2007.

(ii) Discussão de IRPJ/CSLL e multa referente amortização de ágio dos períodos de 2008 a 2012, decorrente da incorporação da Volkswagen Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil pelo Banco Volkswagen S.A.

(iii) Discussão acerca da incidência de ISS sobre o valor residual garantido de operações de arrendamento mercantil.

(iv) Discussão acerca da aplicação da alíquota zero da CPMF incidente sobre captação de recursos para operações de arrendamento mercantil.

(v) Discussão acerca da definição do responsável tributário pelo recolhimento do INSS incidente sobre o pagamento de bonificações em razão da intermediação de contratos de financiamento, sendo que, no segundo semestre de 2017 a sua classificação passou para risco provável.

(vi) Processos passaram de risco possível para risco provável a partir do segundo semestre de 2017.

16. DÍVIDAS SUBORDINADAS E INSTRUMENTOS DE DÍVIDA ELEGÍVEIS A CAPITAL

Referem-se a notas de negociação de letras financeiras sob a condição de dívidas subordinadas nos termos de núcleo de subordinação com resgate final no vencimento, custodiadas na CETIP. Em 31 de dezembro, são compostas como segue:

	Valor original da operação		Saldo	
Prazo até o vencimento	2017	2016	2017	2016
Até 1 ano	52.972	55.353	105.347	100.697
De 1 a 3 anos	106.627	101.354	207.804	181.007
De 3 a 5 anos	130.924	115.292	248.533	201.272
De 5 a 10 anos	743.720	817.597	1.268.930	1.287.063
	1.034.243	1.089.596	1.830.614	1.770.039

Todas as operações são remuneradas a taxas prefixadas que variam de 8,7% a 10,7% ao ano (2016 - 8,7% a 10,9% ao ano).

Os instrumentos de dívidas subordinadas que atendem aos requisitos da Resolução do CMN nº 4.192/13 devem ser destacados em conta distinta, na rubrica "instrumentos de dívidas elegíveis a capital". Em 31 de dezembro de 2017, o montante referente a esses passivos é de R$ 1.099.305 (2016 - R$ 1.001.922). As demais operações continuam sendo registradas em "dívidas subordinadas", inclusive aquelas que possuíam aprovação do BACEN para compor o Nível II de capital anterior à norma vigente.

Em 31 de dezembro de 2017, o valor utilizado como Nível II do patrimônio de referência da Instituição, após reduções aplicáveis de acordo com o prazo de vencimento das operações, é de R$ 945.709 (2016 - R$ 964.402).

17. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

	2017	2016
Contratos de financiamentos a pagar	123.488	60.240
Obrigações por transferência de ativos com coobrigação (Nota 6 (c))	92.004	470.964
Recebimentos em trânsito a processar	44.951	25.982
Contas a pagar	27.835	66.671
Provisão para garantias financeiras prestadas (Nota 21 (g))	74	67
Outras	12.012	18.312
Total	300.364	642.236
Circulante	259.092	527.520
Exigível a longo prazo	41.272	114.716

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social, totalmente subscrito, integralizado e aprovado pelo BACEN é representado por 312.956.418 (2016 - 312.956.418) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Do lucro líquido do período, 5% se aplicam, antes de qualquer outra destinação, para constituição da reserva legal, que não pode exceder a 20% do capital social. Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado após destinações previstas na legislação societária brasileira.

Na Assembleia Geral Extraordinária de 21 de novembro de 2016, houve a aprovação da distribuição de dividendos mediante a utilização da Reserva Especial de Lucros, no valor total de R$ 40.153.

Na Assembleia Geral Extraordinária de 30 de dezembro de 2016, houve a aprovação da distribuição de dividendos mediante a utilização da Reserva Especial de Lucros, no valor total de R$ 40.931 e, no valor total de R$ 33.916, relativamente ao exercício corrente, como antecipação de dividendos obrigatórios, os quais foram ratificados pela Assembleia Geral Ordinária de 28 de abril de 2017.

continua...

...continuação

Banco Volkswagen S.A.

CNPJ nº 59.109.165/0001-49
Rua Volkswagen, 291 - São Paulo - SP

Filiado à ANEF — Associação Nacional das Empresas Financeiras das Montadoras

Associado — Mantenedor - desde 2010 — IBGC Instituto Brasileiro de Governança Corporativa

www.bancovw.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em milhares de reais

Na Assembleia Geral Extraordinária de 29 de dezembro de 2017, foram tomadas as seguintes deliberações:
(i) Aprovação da distribuição de dividendos mediante a utilização da Reserva Especial de Lucros, no valor total de R$ 326.421;
(ii) Aprovação do pagamento de juros sobre capital próprio, a título de dividendo obrigatório do exercício de 2017 em conformidade com a Lei nº 9.249/95 com redação dada pela Medida Provisória nº 694/15, calculados mediante a aplicação da Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP. Em atendimento à legislação fiscal, o montante dos juros sobre o capital próprio de R$ 187.247, foi contabilizado como despesa financeira. No entanto, para efeito dessas demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio são apresentados como distribuição do lucro líquido do exercício, portanto, reclassificados para o patrimônio líquido, pelo valor bruto e o respectivo benefício fiscal mantido no resultado do exercício.

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os créditos tributários foram calculados e reconhecidos sobre diferenças temporárias, principalmente de provisões para perdas de operações de crédito e para contingências no valor de R$ 1.138.292 (2016 - R$ 1.124.206), considerando as expectativas de geração de lucros tributáveis, com base em estudos técnicos que consideram as projeções da administração quanto à sua realização.

(a) Créditos tributários - período de realização

	2018	2019	2020	2021	De 2022 a 2027	Total
Imposto de renda e contribuição social	206.772	349.735	97.881	58.995	424.909	1.138.292

O valor presente dos créditos tributários em 31 de dezembro totaliza R$ 839.633 (2016 - R$ 891.850) descontados à taxa média de captação, líquido dos efeitos tributários.

(b) Movimentação dos créditos tributários e dos passivos tributários diferidos

	Créditos tributários			Passivos tributários diferidos		
	2º semestre	Exercícios		2º Semestre	Exercícios	
	2017	2017	2016	2017	2017	2016
Saldo inicial	1.082.289	1.124.206	968.204	91.705	79.764	59.564
Constituição	240.045	567.201	698.860	25.677	39.040	30.817
Realização	(184.042)	(553.115)	(542.858)	-	(1.422)	(10.617)
Saldo final	1.138.292	1.138.292	1.124.206	117.382	117.382	79.764

(c) Conciliação dos encargos de imposto de renda e contribuição social

	2º semestre	Exercícios	
	2017	2017	2016
Resultado antes da tributação	356.452	743.397	153.303
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(160.403)	(334.529)	(68.986)
Efeitos do imposto de renda e contribuição social sobre:			
Juros sobre capital próprio (Nota 18)	84.261	84.261	-
Adições (exclusões) permanentes e temporárias	(22.175)	(26.611)	(2.118)
Equivalência patrimonial (Nota 9)	14.207	37.775	52.141
Efeito majoração da CSLL (5%) - crédito tributário	5.491	5.491	3.529
Deduções de incentivos fiscais (Nota 21(f))	3.425	3.425	2.980
Outros	1.067	459	1.955
Imposto de renda e contribuição social no semestre/exercícios	(74.127)	(229.729)	(10.499)

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	2º semestre			Exercícios	
	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)		Receita (Despesa)	
	2017	2017	2016	2017	2016
Volkswagen Serviços Ltda.					
Despesas de prestação de serviços	-	-	-	-	(148.625)
Depósitos a prazo	(949)	(22.168)	(15.093)	(2.272)	(4.954)
Consórcio Nacional Volkswagen - Administradora de Consórcio Ltda.					
Depósitos a prazo	(16.735)	(439.836)	(335.756)	(36.937)	(36.458)
Volkswagen Corretora de Seguros Ltda.					
Depósitos a prazo	(804)	(13.134)	(36.271)	(2.213)	(2.770)
Volkswagen Administradora de Negócios Ltda.					
Depósitos a prazo	(517)	(19.843)	(1.997)	(723)	(257)
Simple Way Locações e Serviços Ltda.					
Depósitos a prazo	(1.093)	(13.421)	(9.377)	(1.599)	(4.671)
Volkswagen Participações Ltda.					
Depósitos a prazo	(3.410)	(69.686)	(16.717)	(7.950)	(1.468)
Sociais e estatutárias	-	(513.668)	(74.847)	-	-
Contas a pagar	-	(18.302)	(19.241)	-	-
Outras despesas administrativas	(91.360)	-	-	(163.176)	(71.975)
Fleetzil Locações e Serviços Ltda.					
Depósitos a prazo	(1.586)	(37.512)	(39.575)	(3.788)	(486)
Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda.					
Depósitos a prazo	(25.894)	(659.504)	(548.191)	(58.154)	(37.013)
Letras financeiras subordinadas	(84.678)	(1.830.614)	(1.770.039)	(167.105)	(201.502)
Contas a receber - valores a ressarcir	-	70	-	-	-
MAN Latin América Indústria e Comércio de Veículos Ltda.					
Contas a receber - valores a ressarcir	1.272	1.179	1.482	1.791	6.804
Volkswagen Financial Services NV					
Obrigações por empréstimos no exterior	-	-	-	-	(6.309)
Volkswagen Financial Services AG					
Contas a pagar	(1.102)	-	-	(1.102)	(1.848)

As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, levando-se em consideração a redução de risco. Não há lucros não realizados financeiramente entre as partes relacionadas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Pessoal-chave da administração são as pessoas com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Instituição, composto pelos diretores e membros do Comitê Executivo.

A remuneração proporcional dos serviços prestados à Instituição no período corresponde a:

	2º semestre	Exercícios	
	2017	2017	2016
Benefícios de curto prazo	1.954	4.571	7.313
Benefícios pós-emprego	67	113	157
Outros benefícios de longo prazo	-	140	819
	2.021	4.824	8.289

A remuneração do pessoal chave da administração é paga por uma das empresas do Grupo.

21. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Em atendimento a Resolução 4.557/17 do CMN, a Instituição possui uma estrutura de Gerenciamento de Riscos e uma de Gerenciamento de Capital, compatíveis com a natureza de suas operações e a complexidade dos seus produtos e serviços oferecidos aos seus clientes.

As estruturas de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital foram constituídas em unidades independentes das áreas de negócios e da auditoria interna, e são subordinadas às Diretorias de Risco e de *Back Office,* respectivamente.

(i) Risco de Crédito - define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos acordados em contratos. Visando a mitigação e controle, a Instituição estabeleceu políticas internas e processos para acompanhamento periódico das atividades de crédito, monitoramento do risco e identificação de novos componentes que ofereçam riscos de crédito;

(ii) Risco Operacional - define-se como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Visando a mitigação e controle, foram estabelecidas metodologias, políticas, procedimentos internos para identificação e monitoramento do risco operacional, além da disseminação da cultura de gerenciamento de riscos. A Instituição captura e registra as perdas operacionais em base histórica, apoia a definição e captura os indicadores chave de risco operacional para acompanhamento dos níveis de risco aceitáveis, avalia e monitora os riscos decorrentes de serviços terceirizados relevantes, elabora e monitora um plano de contingência que assegure a continuidade das atividades críticas;

(iii) Risco de Taxa de Juros - define-se como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da Instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária. Atendendo às recomendações e normas dos órgãos reguladores e utilizando-se de metodologias e modelos alinhados às melhores práticas do mercado nacional e internacional, diariamente o risco de taxa de juros é mensurado, avaliado e monitorado, de acordo com as políticas, diretrizes e limites operacionais aprovados pela Alta Administração;

(iv) Risco de Liquidez - define-se como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido a seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade de mercado. Atendendo às recomendações e normas dos órgãos reguladores, e utilizando-se de metodologias e modelos alinhados às melhores práticas do mercado nacional e internacional, diariamente o risco de liquidez é mensurado, avaliado e monitorado, de acordo com as políticas, diretrizes e limites operacionais aprovados pela Alta Administração;

(v) Risco Socioambiental - define-se risco sócio ambiental como a possibilidade de ocorrência de perdas oriundas de danos socioambiental, a fim de determinar estas perdas financeiras, e para tal, são considerados também aspectos legais, de risco de crédito e de reputação. Visando a mitigação e controle, foram estabelecidas metodologias, políticas, procedimentos internos, buscando prover condições para o tratamento adequado das questões socioambientais dentro do escopo definido, monitorando o cumprimento das ações estabelecidas, avaliando a efetividade das ações implementadas, bem como identificar eventuais deficiências e necessidades de ajustes;

(vi) Gerenciamento de Capital - a Instituição possui uma estrutura para gerenciamento de capital, cujo objetivo é monitorar e controlar o capital mantido pela Instituição, avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita e realizar o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição. As decisões sobre políticas e estratégias para gestão do capital e seu monitoramento são realizadas em comitês gerenciais, cabendo ao Comitê Executivo o papel de supervisão para assegurar que o nível de capital aprovado e requerido está sendo seguido. O plano de capital é realizado para um horizonte de cinco anos, a fim de suportar a estratégia de longo prazo da Instituição.

Maiores detalhes sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital estão disponíveis no site: www.bancovw.com.br/br/home/institucional /relacionamento-investidor/gestao-de-risco.html

(b) Outras despesas administrativas

	2º semestre	Exercícios	
	2017	2017	2016
Despesas com serviços especializados	127.297	227.260	288.577
Despesas com registro de contrato	16.361	31.423	27.710
Despesas de comunicação e manutenção	6.935	13.319	14.347
Despesas com publicidade	11.141	11.697	12.050
Despesas com depreciação e amortização	5.742	11.361	10.802
Outras despesas administrativas	930	1.941	5.782
	168.406	297.001	359.268

(c) Outras receitas operacionais

	2º semestre	Exercícios	
	2017	2017	2016
Recuperação de encargos e despesas (i)	68.045	81.935	24.856
Variação monetária ativa (ii)	13.531	34.683	55.926
Reversão de provisões	17.831	18.218	10.606
Outras receitas operacionais	292	675	1.942
	99.699	135.511	93.330

(i) Refere-se, principalmente à recuperação de créditos de PIS e COFINS calculados sobre despesas de comissões.
(ii) Refere-se à atualização monetária de depósitos judiciais.

(d) Outras despesas operacionais

	2º semestre	Exercícios	
	2017	2017	2016
Despesas com descontos concedidos	92.943	142.981	116.442
Despesas com provisões operacionais (i)	107.598	118.717	16.788
Despesas com comissões	44.532	89.177	111.744
Variação monetária passiva (Nota 15 (b))	31.875	57.409	51.812
Despesas com busca e apreensão	16.723	33.831	46.901
Outras despesas operacionais	12.124	25.096	29.751
	305.795	467.211	373.438

(i) Refere-se, principalmente, a despesas com provisões para contingências e obrigações legais.

(e) Rendas de tarifas bancárias

Referem-se, principalmente, a tarifas de confecção de cadastro, apropriadas ao resultado quando da efetivação das operações.

(f) Resultado não operacional

Refere-se, principalmente, ao resultado negativo na alienação de bens não de uso no montante de R$ 24.804 (2016 - R$ 24.857), e despesa com destinação de parte do imposto de renda - incentivos fiscais no montante de R$ 3.425 (2016 - R$ 2.980).

(g) Avais e fianças

Referem-se à carta de fiança bancária emitida pela Instituição, com a finalidade de garantir débitos discutidos nos processos judiciais. O saldo em 31 de dezembro de 2017 totaliza R$ 7.422 (2016 - R$ 6.751), cuja provisão é de R$ 74 (2016 - R$ 67), em conformidade com a Resolução do CMN nº 2.682/99.

22. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em fevereiro de 2018 a Instituição finalizou a operação de aquisição de créditos tributários de Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa de CSLL de empresa do grupo para serem utilizados na liquidação de débitos junto à RFB, nos termos da legislação do PERT ao qual a Instituição aderiu (Nota 15(d)). A compra dos créditos tributários com deságio que refletisse condições de mercado gerou um ganho de R$ 89.226, registrado na demonstração do resultado no mesmo mês.

DIRETORIA

RAFAEL VIEIRA TEIXEIRA
FABRIZIO RUGGIERO

CONTADORA

CAMILA FALEIROS DEL POENTE - Contadora - CRC 1SP290887/O-8

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Em atendimento à Resolução nº 3198/2004, do Conselho Monetário Nacional, e suas alterações posteriores, em Assembleia Geral Extraordinária do Banco Volkswagen S.A. ("Banco Volkswagen") realizada em 27.03.2009, foi aprovada a criação do Comitê de Auditoria do Banco Volkswagen.

Nos termos do Estatuto Social do Banco Volkswagen, o Comitê de Auditoria é composto, atualmente, por 03 (três) membros, eleitos na Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2017 e na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de julho de 2017, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2019.

Atuando com independência e em consonância com as disposições do Estatuto Social do Banco Volkswagen, do Regimento Interno do Comitê de Auditoria, e da regulamentação aplicável, o Comitê de Auditoria tem como principais atribuições: (i) avaliar a qualidade e efetividade do sistema de controles internos e do gerenciamento de riscos do Banco Volkswagen; (ii) avaliar a atuação, qualificação e independência das Auditorias Interna e Independente; e (iii) analisar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras do Banco Volkswagen elaboradas pela Administração.

A Administração é responsável pelas políticas, processos e procedimentos adotados na elaboração das demonstrações financeiras do Banco Volkswagen e na originação das informações utilizadas em sua elaboração. A Administração é, também, responsável pelas políticas, processos e procedimentos de controles internos que assegurem o adequado controle e monitoramento dos riscos do Banco Volkswagen e pela conformidade de suas atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna atua de forma independente na realização de trabalhos de aferição da adequação dos processos, na avaliação dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos e na avaliação do cumprimento de dispositivos legais e regulamentares, inclusive aqueles adotados na elaboração dos relatórios contábeis e financeiros.

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis e emissão de opinião sobre a sua adequação, em todos os aspectos relevantes, em relação à posição patrimonial e financeira do Banco Volkswagen, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Avalia, também, como resultado de seus trabalhos, a qualidade e adequação do sistema de controles internos e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

Dentre as atividades exercidas pelo Comitê de Auditoria no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, destacam-se: (i) a revisão das demonstrações financeiras relativas aos semestres findos em 30 de junho e 31 de dezembro de 2017, incluindo notas explicativas, relatório da Administração e parecer da Auditoria Independente; (ii) o acompanhamento da efetividade das Auditorias Interna e Independente, inclusive quanto à definição e consecução de seu planejamento de trabalhos e à verificação do cumprimento de dispositivos legais e regulamentares aplicáveis ao Banco Volkswagen, além de regulamentos e políticas internas; (iii) a avaliação da efetividade dos sistemas de gestão de riscos e de controles internos do Banco Volkswagen; (iv) a realização de reuniões periódicas com executivos das áreas de gestão de riscos, produtos, projetos, tecnologia, jurídico, tributário e compliance, contabilidade, controles internos, atendimento ao cliente e ouvidoria; (v) o acompanhamento das atividades relevantes desenvolvidas pela Administração para implantação das Resoluções do CMN nºs 4.539/2016, 4.557/2017, 4.588/2017, assim como da norma IFRS-9 - Instrumentos Financeiros; e (v) o acompanhamento das ações desenvolvidas pela Administração para atender, de forma apropriada e tempestiva, às recomendações feitas pelos órgãos reguladores e pelas Auditorias Interna e Independente.

Durante o desenvolvimento de suas atividades o Comitê de Auditoria formulou recomendações à Administração, com objetivo de robustecer o ambiente de controles internos.

A política de independência e os trabalhos desenvolvidos pela Auditoria Independente no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 também foram avaliados pelo Comitê de Auditoria, que constatou não haver evidências ou fatos que possam prejudicar sua atuação, sua opinião sobre a integridade das demonstrações financeiras e a postura independente de suas ações.

As atividades da Auditoria Interna foram acompanhadas pelo Comitê de Auditoria por meio de reuniões periódicas e da aprovação de seu plano anual e do acompanhamento de sua execução e suas principais conclusões, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, que constatou que os trabalhos produzidos pela Auditoria Interna têm respondido adequadamente às demandas do Comitê de Auditoria para formar sua opinião sobre os riscos e controles da organização.

Por todo o exposto, conclui o Comitê de Auditoria que: (i) os sistemas de gestão de riscos e controles internos são adequados ao porte e à complexidade dos negócios, não tendo sido detectadas deficiências relevantes que possam impactar sua efetividade; (ii) os trabalhos realizados pelas Auditorias Interna e Independente do Banco Volkswagen são satisfatórios, possuem qualidade e transparência; e (iii) as demonstrações financeiras do Banco Volkswagen relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 encontram-se em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Em vista dos resultados dos trabalhos que desenvolveu e com base no parecer da Auditoria Independente, o Comitê de Auditoria, ponderadas suas responsabilidades e as limitações decorrentes do contexto e alcance de sua atuação, recomenda à Diretoria a aprovação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

São Paulo, 27 de março de 2018.
O Comitê de Auditoria

Fabrizio Ruggiero — Presidente
Rafael Vieira Teixeira
Norberto Valdrigue — Membro Qualificado

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Aos Administradores e Acionistas
Banco Volkswagen S.A.

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Volkswagen S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Volkswagen S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião com ressalva

A Instituição registra as operações e elabora as suas informações contábeis com observância das práticas contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência (ou insuficiência) de depreciação, classificada no ativo permanente (Nota 2(e)). Essas práticas não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a disposição da Lei no 6.099/74, para as rubricas de ativos circulante, realizável a longo prazo e rendas/despesas de operações de arrendamento mercantil, mas propiciam a apresentação do resultado e do patrimônio líquido em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2018

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Maria José De Mula Cury
Contadora CRC 1SP192785/O-4